



Número: **0003827-74.2012.4.01.3802**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberaba-MG**

Última distribuição : **25/06/2012**

Valor da causa: **R\$ 101.422,01**

Processo referência: **0003827-74.2012.4.01.3802**

Assuntos: **IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Cofins**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) (EXEQUENTE)			
LORENA MODAS LTDA (EXECUTADO)			
PAULO VICENTE DE MORAIS (EXECUTADO)			
LAUDICEIA DOS REIS ADAO MORAIS (TERCEIRO INTERESSADO)			
FABIULA HELENA LEOCADIO (TERCEIRO INTERESSADO)		LEANDRO ROMUALDO WENCESLAU (ADVOGADO) SANDRO DOS REIS WENCESLAU LACERDA (ADVOGADO)	
cartorio de registro de imoveis de uberaba (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15477 55367	06/11/2024 14:18	<a href="#">Edital</a>	Edital



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA/MG – 2ª VARA  
Avenida Maria Carmelita Castro Cunha, 30, Vila Olímpica, Uberaba/MG – CEP: 38065-320  
Fone/Fax (34) 2103-5160 E-mail: [02vara.uba@trf6.jus.br](mailto:02vara.uba@trf6.jus.br)

**EDITAL  
HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO  
LEILÃO EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO – ON LINE**

Publicação no Diário Eletrônico de Justiça Nacional- DJEN, na forma da Lei 6.830/80, art. 22 e 23, e nos termos do arts. 886 e 887, parágrafo 2º, do CPC e Resolução nº 236/CNJ, de 13/07/2016

O Juiz Federal Titular da Segunda Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG, Seção Judiciária de Minas Gerais, **MAURO HENRIQUE VIEIRA**, na forma da Lei, etc...

Faz saber a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, **no dia 10-12-2024, às 12h00min (1ª praça) e às 13h00min (2ª praça)**, através dos leiloeiros oficiais, Sra. THAÍS COSTA BASTOS TEIXEIRA, devidamente inscrita na JUCEMG sob nº 629, e ALESSANDRO DE ASSIS TEIXEIRA, igualmente inscrito na JUCEMG sob nº 992, com endereço na Rua Maria Grazia Errico, 70 - Jardim Elvira Dias, Poços de Caldas/MG - CEP: 37718-104, telefone (35) 3714-3368 / 35-99137-5806 / central de atendimento: 0800-707-9272 e-mails: [thais@leiloesjudiciais.com.br](mailto:thais@leiloesjudiciais.com.br) / [contato@leiloesjudiciaismg.com.br](mailto:contato@leiloesjudiciaismg.com.br), serão levados a público pregão de venda e arrematação, a ser realizado **EXCLUSIVAMENTE NA MODALIDADE ELETRÔNICA/ON LINE, por meio do site oficial do leiloeiro, com endereço: [www.leiloesjudiciaismg.com.br](http://www.leiloesjudiciaismg.com.br)**, os bens abaixo descritos, de acordo com o previsto na Resolução 236, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça. 1) No primeiro leilão, o preço da arrematação não poderá ser inferior ao da avaliação e, no segundo leilão, a arrematação se efetivará pelo maior lance, nos termos do Código de Processo Civil, artigos 886, V e 891, parágrafo único do CPC, vedada a oferta de preço vil, considerando abaixo de 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação ressalvando-se a hipótese prevista no art. 843, §2º, do CPC; 2) Os bens serão vendidos no estado e condições em que se encontram, pressupondo prévia análise pelos licitantes, não cabendo, a respeito deles, quaisquer reclamações posteriores, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas. 3) O licitante/arrematante fica ciente de que, para participar do pregão, deverá acessar o site acima descrito e promover o seu cadastramento com antecedência mínima de 24 horas antes da data do leilão, e que, após seu cadastro ser aprovado pelo leiloeiro, receberá os dados de login e senha para participar do leilão, e, a partir daí, estará apto a participar e dar lances a qualquer momento, depois que o leilão estiver disponibilizado no referido site, até o momento do encerramento da praça, conforme data e hora acima designados. Fica o arrematante ciente, ainda, de que o lance vencedor deverá ser liquidado com dinheiro à vista (CPC, art. 892), salvo se parcelado (CPC, art. 895), acrescido da comissão do leiloeiro, à razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda e de custas judiciais de 0,5% (meio por



cento) sobre o valor da arrematação (Lei nº 9.289/96), cujo recolhimento (das custas) deverá se operar momento oportuno, mediante prévia intimação do interessado, sob pena de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o lance. O pagamento do valor à vista da arrematação e da comissão do leiloeiro deverá ser efetuado exclusivamente por meio de depósito judicial. **4)** Em caso de arrematação parcelada, **nos processos em que a União/Fazenda Nacional é parte exequente**, ficará condicionado à observância dos termos da Portaria PGFN nº 79/2014; **4.1)** Na venda parcelada deverá ser efetuado o pagamento à vista de, no mínimo, 25% do valor do lance ofertado, sendo o saldo parcelado administrativamente, observando a quantidade máxima de 60 (sessenta) prestações **iguais**, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma; **4.2)** O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado; **4.3)** O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida ativa objeto da execução; **4.4)** O parcelamento da arrematação de bem cujo valor supere a dívida por ele garantida só será deferido quando o arrematante efetuar o depósito à vista da diferença, no ato da arrematação, para levantamento pelo executado; **4.5)** Realizada arrematação de forma parcelada de bens imóveis ou móveis, será registrado a hipoteca ou a indisponibilidade do bem no Cartório de Registro de Imóveis ou na repartição competente em favor da União, não havendo necessidade de apresentação de outra caução por parte do arrematante; **4.6)** É vedada a concessão de parcelamento da arrematação no caso de concurso de penhora com credor privilegiado. **4.7)** Tratando-se o bem arrematado de veículo, o prazo máximo do parcelamento será de 04 (quatro) anos, em razão do disposto no art. 1.466 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **4.8)** Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante. **4.9)** Até a expedição da carta de arrematação, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE); **4.10)** Após a expedição da carta de arrematação, o arrematante imediatamente deverá protocolar requerimento de parcelamento da arrematação na unidade da Procuradoria da Fazenda Nacional responsável pelo acompanhamento da execução fiscal, que deverá providenciar abertura de processo administrativo para tal finalidade, vez que o controle/acompanhamento do parcelamento é de responsabilidade da exequente; **4.11)** Se o arrematante deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme § 6º do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; **4.12)** Ocorrendo a rescisão do parcelamento, o crédito será inscrito em dívida ativa e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado ou o bem móvel dado em garantia; **4.13)** A inscrição em dívida ativa do débito decorrente do saldo remanescente do parcelamento não quitado será de responsabilidade da unidade da PGFN correspondente ao domicílio do arrematante; **5)** Em caso de arrematação parcelada, **nos processos em que a União/Fazenda Nacional é parte exequente**, ficará condicionado à observância dos termos da Portaria PGFN nº 79/2014. **5.1)** Na venda parcelada deverá ser efetuado o pagamento à vista de, no mínimo, 25% do valor do lance ofertado, sendo o saldo parcelado administrativamente, observando a quantidade máxima de 60 (sessenta) prestações **iguais**, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. **5.2)** O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) ,acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. **5.3)** O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida ativa objeto da execução. **5.4)** O parcelamento da arrematação de bem cujo valor supere a dívida por ele garantida só será deferido quando o arrematante efetuar o depósito à vista da diferença, no ato da arrematação, para levantamento pelo executado. **5.5)** Realizada arrematação de forma parcelada de bens imóveis ou móveis, será registrado a hipoteca ou a indisponibilidade do bem no Cartório de Registro de Imóveis ou na repartição competente em favor da União, não havendo necessidade de apresentação de outra caução por parte do arrematante. **5.6)** É vedada a concessão de parcelamento da arrematação no caso de concurso de penhora com credor privilegiado. **5.7)** Tratando-se o bem arrematado de veículo, o prazo máximo do parcelamento será de 04 (quatro) anos, em razão do disposto no art. 1.466 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código



Civil). **5.8)** Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante. **5.9)** Até a expedição da carta de arrematação, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a se vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396, cujos depósitos ficarão à disposição do Juízo até que seja expedida a carta de arrematação, quando então deve ser solicitada a transformação em pagamento definitivo; **5.10)** Após a expedição da carta de arrematação, o arrematante imediatamente deverá protocolar requerimento de parcelamento da arrematação na unidade da Procuradoria da Fazenda Nacional responsável pelo acompanhamento da execução fiscal, que deverá providenciar abertura de processo administrativo para tal finalidade, vez que o controle/acompanhamento do parcelamento é de responsabilidade da exequente e os valores a serem recolhidos deverão ser por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739; **5.11)** Se o arrematante deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme § 6º do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **5.12)** Ocorrendo a rescisão do parcelamento, o crédito será inscrito em dívida ativa e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado ou o bem móvel dado em garantia. **5.13)** A inscrição em dívida ativa do débito decorrente do saldo remanescente do parcelamento não quitado será de responsabilidade da unidade da PGFN correspondente ao domicílio do arrematante. **6)** Em caso de arrematação parcelada, com exceção dos autos em que a Fazenda Nacional figura como exequente, o arrematante que pretender o parcelamento previsto no art. 895 do CPC, deverá manifestar-se neste sentido nos prazos estabelecidos pelos incisos I e II do mesmo dispositivo legal, bem como, comprovar nos autos o depósito judicial à vista de, no mínimo, de 25% do valor da arrematação, a título de entrada, sendo o saldo remanescente parcelado em prestações iguais, observando a quantidade máxima de 30 (trinta) meses (art. 895, § 1º, do CPC) mensais e sucessivas. **A correção das parcelas** será efetuada nas execuções fiscais acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado e nas execuções extrajudiciais pelo IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Será de exclusiva responsabilidade do arrematante apresentar no feito o comprovante de depósito judicial mensal das parcelas relativas ao saldo remanescente até o 2º dia útil do mês subsequente ao do vencimento de cada prestação. Cabe ao leiloeiro fazer constar do auto de arrematação o valor da entrada e o número de parcelas escolhido pelo arrematante, bem como a correção estipulada acima. Em caso de parcelamento de arrematação de bem imóvel, este ficará hipotecado como garantia, até o adimplemento de todas as parcelas, e caso de bens móveis, será o arrematante intimado pelo Juízo a apresentar caução idônea, nos termos do art. 895, 1º do CPC; **6)** A proposta para pagamento à vista, sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art.895, inciso II, § 7º do CPC); **7)** Na contagem dos prazos deste edital serão computados somente os dias úteis (CPC-art.219), **8)** O leiloeiro adotará providências para ampla divulgação da alienação (CPC, art. 887, *caput*), inclusive na rede mundial de computadores (CPC, art. 884, I, c/c 887, § 2º), sendo providenciada pelo juízo a afixação do edital no local de costume e sua publicação, nos termos da Lei nº 6.830/1980, art. 22, dispensada, em face da especialidade, a publicação em jornal local, prevista no CPC, art. 887, § 3º; **9)** Até o dia anterior ao leilão, o leiloeiro estará disponível para prestar aos interessados os esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão (Resolução nº 236/2016-CNJ, art. 14, § 2º), encaminhando ao juízo omissões porventura detectadas e, ainda, expor aos pretendentes os bens ou as amostras das mercadorias (CPC, art. 884, III); **10)** Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, incumbindo aos interessados a prévia verificação de suas condições (Resolução nº 236/2016-CNJ, art. 18); **11)** Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. (Resolução nº 236/2016-CNJ, art. 29); **12)** Tendo em vista a natureza *propter rem* dos débitos referentes ao condomínio (Código Civil, art. 1.345) bem como o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o arrematante de imóvel em condomínio é responsável pelo pagamento das despesas condominiais vencidas, ainda que estas sejam anteriores à arrematação, os interessados ficam desde já advertidos de que deverão diligenciar previamente junto ao imóvel objeto das hastas a fim de verificar eventual



ocorrência de ocupação e, ainda, de débitos condominiais, com os quais arcarão os arrematantes (Lei nº 6.830/1980, art. 23, § 2º). **Advertências especiais:** **a)** Caso não encontrado(s), ficam desde já intimados o(s) devedor(es) quanto às condições, datas e horários de realização da(s) hasta(s), bem como da (re)avaliação do(s) bem(ns) a ser(em) leiloado(s) (CPC, art. 889, parágrafo único). **b)** Ficam intimados, ainda, se não localizados, o cônjuge do devedor (CPC, art. 842) e ainda o: b.1) coproprietário de bem indivisível; b.2) proprietário e titular de direito quando a penhora recair sobre bens gravados com direitos ou sobre esses próprios direitos, quais sejam: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, além de penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, penhora anteriormente averbada; b.3) cessionário, promitente comprador ou vendedor, quando a promessa de cessão ou de compra ou de venda são registradas; b.4) União, Estado e Município, no caso de alienação de bem tombado (CPC, arts. 804 e 889, II a VIII). **c)** Aos participantes da hasta pública e partes na execução fiscal é defeso alegar desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas.

**AUTOS N.º:** 0003827-74.2012.4.01.3802

**AÇÃO/CLASSE:** EXECUÇÃO FISCAL / 1116

**EXEQUENTE:** UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) - CNPJ: 00.394.460/0001-41

**EXECUTADOS:**

1 - LORENA MODAS LTDA - CNPJ: 20.605.432/0001-33, na pessoa de seu representante legal ;  
2 - PAULO VICENTE DE MORAIS - CPF: 239.794.966-00

**TERCEIRO(S):**

1. Laudiceia dos Reis Adão Moraes, CPF n. 013.325.266-32  
2. Fabiula Helena de Moraes (ou Fabíula Helena Leocádio), CPF n. 259.987.146-87  
3. Nilton Cesar Ferreira Neris (RG 1500563 - PC/DF) - inquilino do imóvel

**NATUREZA DA DÍVIDA:** CDA's n. 60 7 11 008382-88, 60 2 11 018434-83, 60 6 11 038183-96, 60 6 11 038184-77

**VALOR(ES) DO(S) DÉBITO(S):** R\$ 173.493,89 (cento e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos), calculado em 06-07-2023, a ser(em) corrigido(s) na data do efetivo pagamento.

**OBJETO(S) DO LEILÃO:**

Imóvel matriculado sob n. 19.400 - 2º Ofício de Registro de Imóveis de Uberaba-MG, com a seguinte descrição: "Um imóvel situado nesta cidade, no loteamento denominado "Vila Araxá", na Avenida Antônio Rodrigues da Cunha Castro, que se constitui de um terreno sem benfeitorias, formado pelo lote 8 da quadra "G", medindo onze metros de frente para a citada via pública, vinte e sete metros de um lado, confrontando com o lote 7, vinte e seis metros e quarenta centímetros de outro lado, confrontando com o lote 9 e oito metros e oitenta centímetros de largura nos fundos, confrontando com o lote 10, distante doze metros da esquina formada com a rua Distrito Federal". (realizada construção no terreno, conforme observações a seguir)

**OBSERVAÇÃO 1:** Consta da certidão do oficial de Justiça no Auto de Penhora, Avaliação e Depósito p 184-186 id 361813451: "primeiramente, informo que o endereço atual do imóvel é Avenida Antônio Rodrigues da Cunha Castro, 345 – bairro Vila Presidente Vargas. Também, apesar da certidão cartorária relatar que não há benfeitorias no terreno, constatei que foi construído um cômodo comercial onde funciona a loja Empório da Sapatilha. Portanto, esclareço que toda a edificação tem teto fabricado com estrutura metálica e telhas metálicas galvanizadas, contendo forro de PVC; possui uma loja com piso de cerâmica, medindo cerca de 158 metros quadrados de área construída; um cômodo para depósito cujo piso é de cerâmica, medindo aproximadamente 26 metros quadrados de



área; também existe uma pequena cozinha com acesso pelo depósito, sendo que o piso dela é igual ao dos outros cômodos, possuindo bancada com cuba e torneira; um pequeno lavabo com porta para a cozinha, o qual tem piso revestido com cerâmica e paredes pintadas com tinta latex; nos fundos da construção, externamente, sobrou apenas um corredor sem construir, com piso cimentado, sem cobertura, medindo cerca de 1,5 metro de largura e 8,80 metros de comprimento. Ressalte-se que o cômodo comercial foi edificado nas divisas do terreno, tanto nas laterais como na frente, restando sem construir somente o corredor citado logo acima. Quanto à conservação, esclareço que as funcionárias da loja disseram que existem goteiras em todo o telhado, o que foi realmente possível constatar *in loco*, pois tinha chovido. Frise-se que a pintura das paredes não está boa.(...)”.

**OBSERVAÇÃO 2:** Conforme Laudo de Reavaliação p 2 id 1546186384, foi certificado pelo Oficial de Justiça Avaliador, *verbis*: “No lote foi edificado um imóvel comercial emplacado com o nº 345, onde funciona atualmente a Igreja Assembléia de Deus – Salem. A edificação ocupa quase todo o terreno, possuindo teto com telhas galvanizadas e estrutura metálica, composto de dois cômodos com forro de PVC e com piso de cerâmica, sendo o primeiro da frente bastante amplo e o segundo cômodo menor, usado como depósito, possui também anexo um banheiro, restando um pequeno corredor lateral na sua parte final que liga aos fundos do imóvel, onde existe apenas um pequeno vão aberto sem construção de aproximadamente um metro de largura. Frise-se que o cômodo comercial foi edificado nas divisas do terreno, tanto nas laterais como na frente, restando sem construir apenas o corredor mencionado no final.”

**DEPOSITÁRIO :** Paulo Vicente de Morais – CPF n. 239.794.966-00

**AVALIAÇÃO:** R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), conforme Laudo de Reavaliação p 2 id 1546186384

#### **ÔNUS OU GRAVAMES:**

1-Av.10-19.400 – Averbação de ajuizamento de execução, movida pelo Banco Bradesco S/A contra Lorena Modas Ltda., CNPJ n. 20.605.432/0001-33 e Paulo Vicente de Morais, CPF n. 239.794.966-00, distribuída sob n. **0701.10.019394-8**, para a 5ª Vara Cível da Comarca de Uberaba-MG.

2-Av. 11-19.400 – Averbação de ajuizamento de execução movida pelo Banco Bradesco S/A contra Fabíula Helena de Morais, CNPJ n. 06.086.840/0001-03, cuja ação foi distribuída sob o nº **0701.10.027089-4**, para a 3ª Vara Cível da Comarca de Uberaba-MG.

3-Av. 12-19.400 – Averbação de ajuizamento de execução, movida pelo Banco Bradesco S/A contra Fabíula Helena de Morais, CPF nº 259.987.146-87, cuja ação foi distribuída sob o nº **0701.10.032625-8**, para a 4ª Vara Cível da Comarca de Uberaba-MG.

4-R.13-19.400 – Penhora de 50% (cinquenta por cento) do imóvel objeto desta matrícula, de propriedade de Paulo Vicente de Morais, nos autos da Execução de Título Extrajudicial n. **2094-10.2011.4.01.3802**, movida pela Caixa Econômica Federal contra Lorena Modas Ltda e outros, em trâmite na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG.

5-Av. 14-19.400 – Averbação de indisponibilidade da meação de PAULO VICENTE DE MORAIS, no imóvel descrito nesta matrícula, conforme Certidão passada na Secretaria da Vara de Execuções Fiscais, Falências e Registros Públicos da Comarca de Uberaba-MG, expedida nos autos n. **70110020655-9**, da Ação de Execução Fiscal movida pelo Estado de Minas Gerais contra Lorena Modas Ltda., CNPJ n. 20.605.432/0008-00 e Paulo Vicente de Morais, CPF n. 239.794.966-00.



6-R.15-19.400 - Penhora efetuada nos autos n. **701.11.010.165-9**, da Ação de Execução Fiscal movida pelo Estado de Minas Gerais contra Lorena Modas Ltda e Paulo Vicente de Moraes em trâmite na Vara Empresarial, de Execuções Fiscais e de Registros Públicos da Comarca de Uberaba-MG.

7-R.16-19.400 e Av.17-19.400 - Penhora efetuada nos autos n. **1797-32.2013.4.01.3802 (COMANDANTE) e 3627-33.2013.4.01.3802 (COMANDADO)**, das Execuções Fiscais movidas pela União Federal/Fazenda Nacional contra Paulo Vicente de Moraes, em trâmite na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG .

8-R.18-19.400 e Av.19-19.400 – Penhora efetuada nos autos n. **3827-74.2012.4.01.3802**, da Execução Fiscal movida pela União Federal/Fazenda Nacional contra Lorena Modas Ltda e outro, em trâmite na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG

9-R.20-19.400 e Av.21-19.400 - Penhora efetuada nos autos n. **4089-24.2012.4.01.3802**, da Execução Fiscal movida pela União Federal/Fazenda Nacional contra Paulo Vicente de Moraes, em trâmite na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG

10-Av.22-19.400 – Averbação de retificação de Penhora nos autos n. **4089-24.2012.4.01.3802**, da Execução Fiscal movida pela União Federal/Fazenda Nacional contra Paulo Vicente de Moraes, em trâmite na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG, **para constar que a referida penhora registrada sob n. 20-19.400 passou a recair somente sobre a cota-parte pertencente a PAULO VICENTE DE MORAIS, ou seja, 50 % (cinquenta por cento) do imóvel objeto desta matrícula.**

11-Av.23-19.400 - Averbação de retificação de Penhora nos autos n. **1797-32.2013.4.01.3802 (COMANDANTE) e 3627-33.2013.4.01.3802 (COMANDADO)**, das Execuções Fiscais movidas pela União Federal/Fazenda Nacional contra Paulo Vicente de Moraes, em trâmite na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG, **para constar que a referida penhora registrada sob n. 16-19.400 passou a recair somente sobre a cota-parte pertencente a PAULO VICENTE DE MORAIS, ou seja, 50 % (cinquenta por cento) do imóvel objeto desta matrícula.**

12- Av.25-19.400 – Averbação de indisponibilidade dos bens de propriedade de PAULO VICENTE DE MORAIS, CPF n. 239.794.966-00. Protocolo de indisponibilidade: 201902.2715.00730505-IA-060; Número do Processo: **0701092907081**; Vara Empresarial, de Execuções Fiscais e de Registros Públicos da Comarca de Uberaba-MG.

13-Av.26-19.400 – Averbação de indisponibilidade do patrimônio imobiliário, bem como dos direitos sobre imóveis de PAULO VICENTE DE MORAIS, CPF n. 239.794.966-00. Protocolo de indisponibilidade: 202203.2216.02064149-IA-180; Número do Processo: **0006132-65.2011.4.01.3802** - 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG.

14-Av.29-19.400 – Averbação de indisponibilidade do patrimônio imobiliário, bem como dos direitos sobre imóveis de PAULO VICENTE DE MORAIS, CPF n. 239.794.966-00. Protocolo de indisponibilidade: 202301.2308.02522549-IA-880; Número do Processo: **0004089-24.2012.4.01.3802** - 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba-MG.

Uberaba (MG), *data infra*

- Assinado Eletronicamente -  
**MAURO HENRIQUE VIEIRA**  
Juiz Federal





Assinado eletronicamente por: MAURO HENRIQUE VIEIRA - 06/11/2024 14:18:57

<https://pje1g.trf6.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24110514494453100001533924591>

Número do documento: 24110514494453100001533924591